



CNPJ N.º 15.139.629/0001-94

NIRE N.º 29300003816

COMPANHIA ABERTA

RG.CVM 1.452-4

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA,  
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de 2007, às 16:00 horas, na filial da Companhia, localizada na Praia do Flamengo no 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho de Administração da COELBA, com a totalidade dos membros abaixo assinados, que tomaram conhecimento e deliberaram, por unanimidade, sobre o seguinte assunto:

1- Deliberar sobre os termos e condições da distribuição pública da 6ª emissão de até 44.000 (quarenta e quatro mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, quirografárias, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal"), em série única ("Debêntures"), no montante total de até R\$440.000.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), observada a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures conforme disposto nos artigos 14, §2º e 24 da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação ("Emissão"), exceto para as Debêntures Adicionais e para as Debêntures do Lote Suplementar, conforme abaixo definidas, as quais serão distribuídas sob o regime de melhores esforços, se for o caso, nos termos do §1º do artigo 59 da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

**Deliberação:** Nos termos do §1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, os Srs. Conselheiros aprovaram por unanimidade os seguintes termos e condições da Emissão de Debêntures da Companhia:

A. Distribuição pública de até 44.000 (quarenta e quatro mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, quirografárias, todas nominativas e escriturais, sob regime de garantia firme de distribuição, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal"), em série única ("Debêntures"), no montante total de até R\$440.000.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), constituindo a 6ª Emissão da Companhia.

B. Lote Suplementar e Quantidade Adicional. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 6.600 (seis mil e seiscentas) debêntures nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção a ser outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia até a data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures



CNPJ N.º 15.139.629/0001-94

NIRE N.º 29300003816

COMPANHIA ABERTA

RG.CVM 1.452-4

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA,  
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 8.800 (oito mil e oitocentas) Debêntures adicionais, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), que somente poderão ser emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

C. Colocação e Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. O público alvo é composto por investidores institucionais ou qualificados (conforme definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004). Entretanto, poderão ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificadas, clientes dos Coordenadores, desde que atestem ter tido amplo conhecimento dos termos condições e riscos inerentes à Emissão, bem como acesso aos Prospectos Preliminar e Definitivo. As Debêntures serão colocadas sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição observado o disposto no § 3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03.

D. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 1º de dezembro de 2007 ("Data de Emissão").

E. Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, sendo o último vencimento em 1º de dezembro de 2014 ("Data de Vencimento das Debêntures").

F. Remuneração. O Valor Nominal Unitário não será atualizado. A partir da data de emissão, as Debêntures renderão juros de acordo com taxa a ser definida em Procedimento *Bookbuilding*, observando-se como limite a taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extragrupo", calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um spread máximo ou sobretaxa máxima de 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano ("Spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização ("Remuneração").

G. Fundo de Amortização. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

H. Preço de Subscrição e Integralização. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, conforme definido na Cláusula V.17 da Escritura de Emissão, calculada *pro rata temporis*, desde a Data

7/8



CNPJ N.º 15.139.629/0001-94

COMPANHIA ABERTA

NIFE N.º 29300003816

RG.CVM 1.452-4

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA,  
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

de Emissão até a Data de Integralização, conforme definido na Cláusula V.16 da Escritura ("Preço de Subscrição"). A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição será realizado à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional.

I. Pagamento do Valor Unitário. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da será pago pela Emissora em 9 (nove) parcelas, semestrais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento realizado em 1º de dezembro de 2010 ("Amortização" ou "Amortizações")

J. Pagamento da Remuneração. O pagamento da Remuneração será feito ao final de cada Período de Capitalização, definido como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento. A Remuneração correspondente a cada Período de Capitalização será devida semestralmente, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/06/2008 e o último na Data de Vencimento, ou seja, em 01/12/2014 ("Data de Pagamento da Remuneração").

K. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

L. Vencimento Antecipado Automático. O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida desde a data da Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, de Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debênturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência;
- b. (i) se a Emissora e/ou seus acionistas controladores ingressarem em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (ii) pedido de auto-falência ou de falência da Emissora, e/ou seus acionistas controladores, formulado pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou seus acionistas controladores; e (iv)



CNPJ N.º 15.139.629/0001-94

NIRE N.º 29300003816

COMPANHIA ABERTA

RG.CVM 1.452-4

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA,  
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

se a Emissora e/ou seus acionistas controladores pela Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;

- c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de seus acionistas controladores e não devidamente elidido pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores, no prazo legal então vigente;
- d. término ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão nº 08/97, celebrado entre a Emissora e o Poder Concedente (União), em 31 de dezembro de 1997, conforme aditado em 29 de novembro e em 18 de abril de 2005, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica para o Estado do Rio Grande do Norte ("Contrato de Concessão");
- e. inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, como e quando tais obrigações tomarem-se exigíveis, observados os períodos de carência aplicáveis, obrigações essas em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação;
- f. vencimento antecipado de quaisquer obrigações da Emissora, como e quando tais obrigações tomarem-se exigíveis, em valor agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- g. liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- h. protesto de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor unitário ou agregado seja maior ou igual a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da ocorrência do referido protesto, (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;

M. Vencimento Antecipado por meio de AGD. Observado o disposto na Cláusula VII.4 da Escritura, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula VII.3 da Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

780



CNPJ N.º 15.139.629/0001-94

COMPANHIA ABERTA

NIRE N.º 29300003816

RG.CVM 1.452-4

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA,  
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido;
- b. caso as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura forem descumpridas ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;
- c. alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora, sem que os Debenturistas previamente reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim aprovem referida alteração;
- d. cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que possa de qualquer modo vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, excetuadas a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quorum previsto na Cláusula XI.5 da Escritura, sendo admitida a opção de dispensa da realização de Assembleia Geral de Debenturistas prevista no §1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76;
- e. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva, contra a Emissora em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu contra-valor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias da data estipulada para pagamento;
- f. não manutenção, pela Emissora, dos índices e limites financeiros a seguir: (a) Relação Dívida Líquida/EBITDA, não superior a 3 (três); e (b) Relação EBITDA/Resultado Financeiro, não inferior a 2 (dois); e
- g. realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão.

Fica a Diretoria da Companhia autorizada a contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures, bem como a contratar o Agente Fiduciário, o banco mandatário e escriturador, a(s) agência(s) de classificação de risco, o auditor independente para emissão de carta de conforto, escritórios de advocacia, entre outros, podendo, ainda, celebrar a escritura de emissão das Debêntures, seus respectivos aditamentos, o



CNPJ N.º 15.139.629/0001-94

COMPANHIA ABERTA

NIRE N.º 29300003816

RG, CVM 1.452-4

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA,  
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

contrato de colocação, os contratos de garantia e os demais contratos relativos à Emissão e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos Conselheiros Srs. Renato Sobral Pires Chaves - Presidente do Conselho de Administração, Antônio Fernando Guedes de Brito Costa, Gonzalo Gómez Alcántara, Joilson Rodrigues Ferreira, Marcelo Maia de Azevedo Corrêa, Mario Jose Ruiz-Tagle Larrain (suplente), e por mim, Lúcio Aragão Santos, que secretarei os trabalhos, a redigi e a encerro com a minha assinatura.

**CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO COMPETENTE**

  
Lúcio Aragão Santos  
Secretário

